UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
SUPERINTENÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA

PROGRAMA DO COMPONENTE CURRICULAR

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS[1]

CÓDIGO	NOME	DEPARTAMENTO OU EQUIVALENTE
DIR159	Instituição de Direito Público e Privado	Departamento de Estudos Jurídicos Fundamentais

CARGA HORÁRIA (estudante)

T	T/P	P	PP	Ext	E	TOTAL
60						60

MODALIDADE/ SUBMODALIDADE

Disciplina Teórica

PRÉ-REQUISITO (POR CURSO)

CARGA HORÁRIA (docente/turma)

T	T/P	P	PP	Ext	E	TOTAL
60						60

MÓDULO

T	T/P	P	PP	Ext	E
45					

SEMESTRE DE INÍCIO DA VIGÊNCIA

2023.1

EMENTA

DIREITO. ORDEM JURÍDICA. PRIMAZIA DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. SISTEMA LEGAL. INSTITUIÇÕES DE DIREITO PÚBLICO E PRIVADO. DISTINÇÕES NECESSÁRIAS. PRINCÍPIOS NORTEADORES E PRINCIPAIS INSTITUTOS DO DIREITO PÚBLICO E DO DIREITO PRIVADO.

OBJETIVOS

1) Identificar, conceituar e sistematizar os principais institutos do Direito Público e do Direito Privado;
2) Explicitar o funcionamento dos diversos ramos e o conjunto integrado ao ordenamento jurídico;
3) Estabelecer relações de reciprocidade, causa e efeito das normas e institutos jurídicos;
4) Abrangência, especificidade e visualização do Direito como fenômeno social.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

[1] Os "dados de identificação e atributos" devem estar registrados conforme especificado no Programa do Componente Curricular e disponível no site da Superintendência Acadêmica (SUPAC)SIAC. O único campo a ser preenchido nesse tópico do formulário é o que diz respeito ao módulo de vagas ofertadas.

UNIDADE I - NOÇÕES PROPEDÊUTICAS

- Noções do Estado e do Direito. Ordenamento jurídico. Primazia da Constituição Federal. Sistema Legal. Estado e Governo. O princípio da divisão de Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. O Estado brasileiro. Caracterização do Estado Democrático de Direito. Fontes e funções da lei. Direitos e deveres individuais e coletivos: noções gerais. Direito subjetivo: público e privado. Sujeitos de direito: as pessoas físicas e as pessoas jurídicas. Noções sobre personalidade e capacidade.

UNIDADE II - DIREITO PÚBLICO

- Direito Público. Conceito. Princípios norteadores. Direito Internacional Público: o Estado no plano internacional, nacionalidade, legislação brasileira aplicável aos estrangeiros. Organizações internacionais. Noções de Tratados Internacionais.
- Direito Constitucional. Conceito. O Constitucionalismo. Poder Constituinte. A Constituição. Evolução das Constituições Brasileiras. Princípios e objetivos fundamentais da Constituição de 1988. Sistemas Eleitorais e elegibilidade.
- Direito Administrativo. Administração Pública. Conceito. Princípios aplicáveis. Estrutura orgânica do Estado brasileiro. A Federação, os Estados e os Municípios. Pessoas jurídicas estatais e paraestatais. Poderes administrativos. Controle interno e externo. Licitações e Contratos Administrativos. Serviços Públicos. Responsabilidade Civil do Estado.
- Direito Financeiro. Finanças Públicas. Sistema Financeiro Nacional. Orçamento Público.
- Direito Tributário. Denominação, conceito e conteúdo. Noções elementares. Sistema tributário brasileiro.
- A ordem econômica constitucional. Princípios. Atuação do Estado no domínio econômico. Planejamento econômico público. Defesa da concorrência. Monopólios. Regime jurídico das empresas brasileiras e estrangeiras.

UNIDADE III - DIREITO PRIVADO

- A relação jurídica. Conceito. Elementos constitutivos: noções gerais sobre o fato propulsor, os sujeitos, o objeto e o conteúdo. Ato jurídico e negócio jurídico: distinções básicas.
- Principais ramos do Direito Privado: civil, comercial, trabalho, consumidor. Institutos básicos.
- Direito Civil. A pessoa jurídica. Personificação e desconsideração. A propriedade. Conceito. Função social. O contrato: princípios e regras gerais. O dirigismo contratual. Contratos de massa. Mediação e Arbitragem. Contratos internacionais privados: noções gerais, princípios, lex mercatoria, legislação aplicável. Organizações internacionais. Responsabilidade civil: conceito e espécies. A responsabilidade inerente às profissões.
- Direito Comercial. Empresa e empresário. Noções gerais sobre sociedades mercantis, títulos de crédito e contratos mercantis. Responsabilidade civil e social da empresa.
- Direito do consumidor. Conceito. o CDC: a natureza jurídica de suas normas. O consumidor e o fornecedor. Responsabilidade do fornecedor: o fato do produto e do serviço. Excludentes de responsabilidade. Direito de regresso. Prescrição e decadência.
- Direito do Trabalho. Relação de emprego. O empregado e o empregador: noções gerais. Direitos básicos do empregado.

REFERÊNCIAS

REFERÊNCIAS BÁSICAS

CARVALHO, Camila Magalhães. . Instituições de Direito Público e Privado. 1. ed. Salvador: UFBA, 2017

DOWER, Nelson Godoy Bassil *et alli*. **Instituições de Direito Público e Privad**o. 15 ed. São Paulo: Saraiva, 2017

MARTINS, Sérgio Pinto. **Instituições de Direito Público e Privado**. 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2023.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Instituições de Direito Público e Privado**. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BARREIROS NETO, Jaime. **Direito Eleitora**l. 13 ed. Salvador: JusPodivm, 2023.

CUNHA JUNIOR, Dirley da. **Curso de Direito Constitucional**. 16. ed. Salvador: JusPodivm, 2022.
DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 36. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2023.
MACHADO, Hugo de Brito. **Curso de Direito Tributário**. 38 ed. São Paulo: Malheiros, 2017.
MARTINEZ, Luciano. **Curso de Direito do Trabalho**. 14 ed. São Paulo: Saraiva, 2023.
PAMPLONA FILHO, Rodolfo; STOLZE, Pablo. **Manual de Direito Civil (Volume Único)**. 7 ed. São Paulo: Saraiva, 2023.
SILVA, Joseane Suzart Lopes da. **Direito do Consumidor Contemporâneo**. 2 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2022.
SOARES, Ricardo Maurício Freire. **Teoria Geral do Direito**. 5 ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

Aprovado em reunião de Departamento (ou equivalente)[2]: Geovane De Mori Peixoto Assinado de forma digital por Geovane De Mori Peixoto Dados: 2023.05.23 17:29:25 -03'00' **em** / /

Assinatura do Chefe do Departamento/ Coordenador Acadêmico

[2] O plano de ensino-aprendizagem é um documento que tramita internamente na Unidade acadêmica (especificamente no departamento ou coordenação acadêmica), não sendo necessário encaminhá-lo à Prograd nem à Supac, após aprovação pela instância responsável.